

# A ENCRUZILHADA DOS ORIXÁS

*Problemas e dilemas  
do negro brasileiro*

*Clóvis Moura*

Principais obras do professor Clóvis Moura sobre o problema racial no Brasil e questões sociais correlatas:

Rebeliões da Senzala.

Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha.

O preconceito de cor na Literatura de cordel.

Sociologia de la praxis.

O negro: de bom escravo a mau cidadão?

A sociologia Posta em questão

Os quilombos e a rebelião negra.

Brasil: raízes do protesto negro

Quilombos: resistência ao escravismo

Sociologia do negro brasileiro.

História do negro brasileiro.

As injustiças de Clio

Dialética Radical do Brasil Negro.

Sociologia política da guerra camponesa de Canudos

Os quilombos na dinâmica social do Brasil (Org)

5.0981

65e

0871993/IFCH

  
edUFAL

*Clóvis Moura*

# A ENCRUZILHADA ORIXÁS

*Problemas e dilemas  
do negro brasileiro*



201155349



Maceió, 2003

UNICAMP  
BIBLIOTECA



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

*Reitor* Prof. Rogério Moura Pinheiro  
*Vice-Reitor* Prof. Manoel Calheiros Silva  
*Diretor da EDUFAL* Prof. Eraldo Souza Ferraz

*Conselho Editorial*  
Prof. Eraldo Souza Ferraz - (Presidente)  
Prof. Edson Mário de Alcantara  
Prof.<sup>a</sup>. Maria Virgínia Borges Amaral  
Prof.<sup>a</sup>. Maria das Graças Medeiros Tavares  
Prof.<sup>a</sup>. Angela Maria dos Santos Maia  
Prof. Haroldo da Silva Ferreira  
Prof.<sup>a</sup>. Cristiane Holanda Sodré  
Prof. Eduardo Perdigão de Lemos  
Helena Cristina P. do Vale Fonseca - (Bibliotecária)

*Ilustrações:*

*Capa* Máscara-pendente omana representando uma cabeça de carneiro - século XVIII - Marfim, 19cm - Coleção particular, Bruxelas.

*Contra-capu* Oxossi Caçador - sem data - Madeira, 196 x 33 x 25cm - Museu de Arte Moderna da Bahia.

*Editoração Eletrônica e Capu* Edmilson Vasconcelos  
*Supervisão Gráfica* Márcio Roberto V. Mélo

*Catálogo na fonte*  
*Universidade Federal de Alagoas*  
*Biblioteca Central*  
*Divisão de Tratamento Técnico*

M929e Moura, Clóvis.  
A encruzilhada dos orixás : problemas e dilemas do negro brasileiro / Clóvis Moura. – Maceió : EDUFAL, 2003.  
109p.

Inclui bibliografia.

1. Escravidão e a Igreja - Brasil. 2. Igreja católica. 3. Problemas raciais. I. Título.

CDU: 326(81)

ISBN 85-7177-144-8

Direitos desta edição reservados à  
Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas  
Campus A. C. Simões, BR 104, Km, 97,6 - Fone/Fax: (82) 214.1111  
Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970  
Maceió - Alagoas  
E-mail: [www.esf@edufal.ufal.br](mailto:www.esf@edufal.ufal.br)

## DEDICATÓRIA

Para  
Vivaldo da Costa Lima,  
Waldir Freitas Oliveira  
e Yeda Pessoa de Castro,  
amigos velhos e permanentes na minha amizade.

## APRESENTAÇÃO

Clóvis Moura é um autor a ser considerado como leitura obrigatória para que se possa discutir o Brasil. Seus trabalhos são excelentes contribuições sociológicas e historiográficas sobre a formação nacional, onde a questão do negro é posta em evidência. Há uma investigação e uma escrita nitidamente comprometidas, enfaticamente políticas. Não há um objeto formal para sua escrita: há um diálogo com o tempo, há uma proposta, há uma participação na luta por fazer o país. Sua escrita não é cômoda; pelo contrário, é desafiante.

Este é seu segundo livro lançado pela Editora de nossa Universidade. O primeiro foi uma coletânea de textos referentes ao Quilombo de larga aceitação nacional. Este segundo traz ensaios de sua autoria e que cobrem uma discussão sobre a relação da Igreja Católica com o escravismo, a Inconfidência no contexto escravista, entra na linha do cotidiano da sociedade escravista, discute a abolição em São Paulo, discute o processo da abolição; retoma Canudos, que é um dos seus temas atuais junto aos sem terra; revisita a revolta de João Cândido; discute a negritude e a identidade negra.

Evidentemente, é de se esperar que a maturidade de um autor seja carregada para seus textos. Claro que a relação não é obrigatória, mas é exatamente o que sucede com Clóvis Moura. Ele ampliou o seu olhar sobre a história brasileira, aprofundou sua temática e manteve sua radicalidade. É uma honra estar neste seu livro, partilhar de sua amizade e continuar admirando uma figura fundamental para que se possa discutir nosso Brasil. Clóvis é leitura básica e, portanto, necessária. Poucos chegam a este nível; felizmente, ele chegou.

Luiz Sávio de Almeida

FAPESP

UNIDADE - IFCH	
Nº CHAMADA	326.0981
	M 865 e
V.	EX.
TOMBO BCI	871993
PROC.	2096010
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 20,00
DATA	29/07/2019
COD. TIT.	797105

## SUMÁRIO

<i>SENZALAS CONVENTUAIS NO BRASIL</i> .....	01
<i>LONGA HISTÓRIA</i> .....	02
<i>“Vacas parideiras” e escravos eram propriedades de conventos</i> .....	06
<i>Desobediência de escravos da Igreja</i> .....	07
<i>Senzalas conventuais</i> .....	08
<i>O PADROADO COMO MECANISMO CONTROLADOR DA IGREJA NO BRASIL</i> .....	10
<i>INCOFIDÊNCIA MINEIRA: UMA UTOPIA REPUBLICANA NO CONTESTO ESCRAVISTA</i> .....	19
<i>A INFLUÊNCIA DAS IDÉIAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA INCONFIDÊNCIA BAIANA DE 1798</i> .....	29
<i>O RACISTA CASAMENTO À BRASILEIRA DURANTE A COLÔNIA</i> .....	45
<i>A RIQUEZA DA CLASSE SENHORIAL BAIANA ATRAVÉS DO FLUXO E REFLUXO DE ESCRAVOS</i> .....	49
<i>TRAJETÓRIA DA ABOLIÇÃO EM SÃO PAULO: DO QUILOMBO RADICAL À CONCILIAÇÃO</i> .....	57
<i>QUILOMBAGEM E ABOLICIONISMO: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS</i> .....	75

<i>ANTÔNIO CONSELHEIRO: UM ABOLICIONISTA DA PLEBE</i> .....	85
<i>JOÃO CÂNDIDO ENTRA NA HISTÓRIA</i> .....	95
<i>O NEGRO BUSCA SUA VERDADEIRA FACE</i> .....	99
<i>A NEGRITUDE REINTERPRETADA</i> .....	103
<i>SERÁ QUE NEGRO VOTA EM NEGRO?</i> .....	107

## *SENZALAS CONVENTUAIS NO BRASIL*

O papel da igreja católica em relação à escravidão negra era, até pouco tempo, um tema semi-proibido. No Brasil especialmente, onde o modo de produção escravista perdurou por quase 400 anos, a suas conexões de interesses, ligações ideológicas e mesmo a participação direta ou indireta para a sua manutenção e/ou desenvolvimento não eram criteriosamente avaliadas e analisadas em função da grande força da igreja tradicional, conservadora e fechada, incapaz de uma postura autocrítica. Pelo contrário, estabelecia uma série de mediações ideológicas e teológicas entre a realidade do sistema escravista e a sua posição diante dessa realidade que terminava por absolvê-la, via estigmatização de quem a contestasse.

Essa posição foi se modificando a partir do momento em que a Igreja reconheceu ser impossível, diante da grande quantidade de fatos empiricamente comprovados, esconder a sua conivência, participação, ou no mínimo indiferença diante da escravidão negra no Brasil e na Afro-América de um modo mais geral. Muitos sacerdotes e grupos católicos estão iniciando a revisão de todo esse passado de participação da Igreja nesse contexto.

No particular, entidade como a Cehila - Comissão de Estudos de História da Igreja Latina e no Caribe, membros da revista Concilium e outros setores, entidades e grupos, além de membros da Igreja Católica, independentes, estão iniciando esse resgate e aproximando os fiéis da verdade em relação ao comportamento da Igreja Católica e esse grande passado de conivência ou conivência com a escravidão no Novo Mundo. [1]

## ***QUILOMBAGEM E ABOLICIONISMO: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS***

Estamos já nos aproximando do centenário da Abolição. Em 1988 farão exatamente cem anos que a princesa Isabel assinou a Lei que extinguiu o trabalho escravo e instituiu o chamado trabalho livre no Brasil. As conseqüências de como a Abolição foi feita, o trauma gerado na população de ex-escravos abandonada à própria sorte e barrada por uma série de mecanismos ideológicos, políticos e mesmo policiais é problema que gerou uma discussão historiográfica, sociológica e política que não terminou e nem sabemos quando terminará. O certo é que a grande população negra egressa das senzalas não encontrou ainda uma verdadeira pátria, porque praticamente não tem cidadania, possuindo apenas uma cidadania simbólica, ou, na melhor das hipóteses, é um cidadão de segunda categoria.

Mas, no presente artigo não iremos nos referir à essa problemática. Queremos abordar um aspecto da Abolição que é justamente aquele relacionado com o comportamento do escravo para libertar-se do cativo e o de grupos abolicionistas moderados que temiam a radicalização das senzalas. As divergências e convergências desses dois níveis de atuação contra o instituto da escravidão é o tema que escolhemos.

Podemos ver, nesse processo longo, doloroso e dramático que foi a luta pela Abolição dois níveis de comportamento que se completam, mas não são semelhantes. Um é o dos próprios escravos que se revoltam, de uma forma ou de outra, através de quilombos, guerrilhas, insurreições urbanas e outras formas de resistência contra a instituição que os oprimia.

O outro nível é o daqueles que, por motivos outros, achavam que a escravidão já era um tipo de organização de trabalho obsoleto e que, por isto, deveria ser substituída pelo trabalhador livre, especialmente o imigrante na região Sudeste. O primeiro nível de comportamento chamaremos de quilombagem ou **aboliconismo negro**. O segundo de aboliconismo institucional ou moderado.

O movimento da quilombagem é permanente e se estrutura em todo o território nacional. Podemos encontrar os primeiros quilombos em 1588 na Bahia e em Pernambuco, ao contrário do movimento aboliconista, que se organiza nacionalmente só a partir de 1883, quando é fundada, no Rio de Janeiro, a Confederação Aboliconista, entidade que reunirá em seu corpo as diversas sociedades e grupos que lutavam contra o instituto da escravidão em seus Estados.

Como vemos, se a quilombagem refletiu a contradição fundamental de sociedade escravista, o movimento aboliconista era fruto de contradições suplementares entre o regime escravista e os interesses de setores de uma classe média mercantil e camadas da intelectualidade radical.

Daí poucas vezes vemos o movimento dos escravos e o movimento aboliconista em sincronia, em ações convergentes. Pelo contrário. Os aboliconistas moderados sempre aconselharam aos escravos manterem-se passivos, esperando sua emancipação através de medidas parlamentares. Nesse particular, Joaquim Nabuco sintetiza muito bem a ideologia do aboliconismo. Diz ele:

“A propaganda aboliconista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido aboliconista, incitar à insurreição ou ao crime, homens sem defesa, e que a lei de Linch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar. Cobardia, porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com eles; inépcia, porque todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativeiro; crime, porque seria fazer os inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer o crime; suicídio político, porque a nação inteira –

vendo uma classe, essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vindita bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se – pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo, e isto seria o sinal de morte do aboliconismo. (...)A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos externos e internos, de todas as outras. É assim no Parlamento e não nas fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, crime, o descontentamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a preocupação dos oprimidos e os votos da humanidade toda”. (1)

É verdade que o aboliconismo tinha uma ala mais radical, que preconizava a ação dos escravos como sujeito social coletivo contra o regime que os oprimia. Dela faziam parte Luís Gama, que afirmou ser ato de legítima defesa a morte do senhor pelo escravo; Silva Jardim que visitava quilombos na periferia de Santos e Raul Pompéia que escrevia em artigo de jornal:

“A Humanidade só tem a felicitar-se quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos dos operários das fazendas. A idéia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade – violentamente acabrunhadas devem ser saudadas como vinditas santas. A maior tristeza dos aboliconistas é que estas violências não sejam freqüentes e a conflagração não seja geral”.

Enéias Galvão, Alberto Torres, Raimundo Correia e Augusto de Lima declararam-se de acordo com os termos do artigo de Raul Pompéia. Mas essa ala mais radical nunca penetrou no centro do movimento, ficando praticamente marginalizada em consequência de suas posições perturbadoras da harmonia do movimento em seu conjunto.

O movimento aboliconista, por isso, teve poucos momentos de convergência com a quilombagem. Os dois movimentos convergentes



mais importantes foram registrados em São Paulo, com o trabalho dos **Caifases**, liderado por Antônio Bento e, em Campos, com o movimento das **bastilhas**, organizado naquela cidade do Rio de Janeiro por Carlos de Lacerda. No primeiro caso, Antônio Bento uniu-se aos chefes e organizadores do quilombo do Jabaquara. Carlos de Lacerda, por seu turno, aliou-se aos negros escravos que passaram a queimar os canaviais, fugir para as matas e refugiam-se nas **bastilhas** organizadas pelos abolicionistas radicais, com isto desarticulando e desestabilizando o sistema escravista em sua fase já de decomposição.

Os abolicionistas moderados, como Nabuco, não viam que a quilombagem, se não tinha forças ou condições ideológicas para articular um novo projeto de ordenação social superior, tinha elementos capazes de desarticular, permanentemente, o escravismo como instituição que se decompunha. E isso acontecia, de forma significativa, pela atuação dos escravos que lutavam, com suas próprias forças, contra o sistema que os oprimia e discriminava.

### A sublevação dos Caifases

No caso de Antônio Bento, em São Paulo, os **Caifases** criaram uma verdadeira rede organizativa, ligando-se aos ferroviários de São Paulo. “Não havia trem de passageiro – afirma J. Maria dos Santos – no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse”. (2)

Antônio Bento, definindo a filosofia política dos **Caifases**, escrevia, apresentando o jornal *A Redenção*, órgão do movimento:

“Nós queremos a libertação imediata, sem prazo; para conseguirla, aceitamos a própria revolução, porque não podemos admitir que continuem debaixo do azorrague e da escravidão tantos brasileiros que, livres, poderiam concorrer vantajosamente para a felicidade da Pátria. Também trataremos do progresso moral e material de nossa Província, profligando energicamente todos os abusos, onde quer que eles apareçam, e indicando os melhoramentos de que e que ela precisar. De passagem,

diremos que, para nós, todos os homens são iguais: tanto faz ser marquês, conde, alferes ou soldado”.

Como vemos, o diapasão é bem diferente do discurso de Nabuco, quando ele queria enquadrar a Abolição em um espaço de legalismo jurídico, sem a participação dos escravos.

Os **Caifases** estavam bem distantes da solução conciliadora de Nabuco. Atuavam nas fazendas, de onde retiravam escravos para enviá-las a Santos. Esse movimento radical foi que determinou a criação do quilombo do Jabaquara. Era para lá que Antônio Bento mandava as levadas sucessivas de escravos que se evadiam das fazendas de café. O quilombo chegou a ter, segundo estimativas confiáveis, mais de dez mil habitantes.

Para que esses escravos fugidos chegasse sãos e salvos, além da atuação dos **Caifases**, que os custodiavam a partir da cidade de onde fugiam, havia o sistema protetor do Jabaquara, sob a direção de Quintino de Lacerda, um ex-escravo sergipano escolhido pelos abolicionistas para este posto. Como houvesse arrefecido a repressão por parte dos militares contra os negros fugidos, o sistema defensivo concentrava-se em evitar que os escravos caíssem nas mãos dos capitães-do-mato. Para isso, organizou-se um sistema de senhas. Dizia-se, por exemplo: “tenho tantos rolos de fumo”, o que significava tantos escravos que deviam ser enviados para o reduto do Jabaquara, ou para outras províncias.

Nessa última fase da escravidão em São Paulo, como vemos, houve uma convergência do abolicionismo e da quilombagem, o que raramente acontecia.

### Campos: canaviais em chamas

Outro movimento de convergência entre o abolicionismo e a quilombagem, vamos encontra-lo na cidade fluminense de Campos de Goitacazes. Naquela região – onde havia quilombos em fase bem anterior ao fim do escravismo – os escravos das fazendas e os abolicionistas radicais, como Carlos de Lacerda, conseguiram unir as duas vertentes,

transformando a luta pela emancipação dos escravos em um movimento que chegou ao nível de sublevação social.

As condições dos escravos naquela região eram particularmente cruéis. Por isso, os casos de assassinatos de senhores e outras formas de luta eram freqüentes. Em setembro de 1873, Da. Ana Pimenta foi assassinada pelas suas escravas que ela mantinha acorrentadas durante a noite. Em janeiro do mesmo ano, o fazendeiro José Barroso foi assassinado pelos seus escravos, que o atacaram com facas, lanças e foices.

“Depois do assassinato – escreve um historiador do município -, os quatro escravos foram ao escritório do fazendeiro, o arrombaram, tiraram o dinheiro, rasgaram os papéis, quebraram móveis, armaram-se de suas espingardas, revólveres e munições para suas armas e dando vivas de contentamento, beberam vinho, quebraram garrafas etc.” (3)

Essa revolta permanente justifica-se pelo comportamento da classe senhorial que praticava toda sorte de violência contra a escravatura. Um senhor de escravos, Florentino Gomes Nogueira, havia sido acusado de cumplicidade no assassinato do escravo Benedito, o qual, depois de morto no suplício do azorrague, foi cremado na fornalha do engenho da fazenda de seu irmão.

“Tendo este sido absolvido, recaiu a autoria do crime sobre Florentino, que também como aquele indo ao júri, obteve absolvição”. (4)

Após o ano de 1884, como escreve Lana Lage de Gama Lima, o movimento se radicalizava e em 1º de maio daquele ano vai às ruas o primeiro número do jornal *Vinte e Cinco de Março*, de propriedade de Luís Carlos de Lacerda. (5)

O órgão abolicionista de Carlos de Lacerda, ao apresentar-se, explicava seu ideário político. Dizia:

Quem somos?

Somos os defensores dessa raça proscrita.

O que queremos?

Queremos chamar este milhão e tanto de homens à vida do Direito, à comunhão dos cidadãos desta Pátria.

Eis o nosso programa.

Somos a paz, por isso mesmo que somos a consciência do século; mas seremos a guerra, se a isto formos compelidos. (6)

Essa paz, porém, não foi conseguida, pois a classe senhorial iniciou uma série de atos de violência. Em 1884, o coronel José Pinto Guedes diz que é “preciso fazer parar o estado de verdadeira anarquia e de sedição em que está a cidade” e o tenente-coronel Antônio Rodrigues da Costa afirmou que “é uma verdadeira insurreição e que se deve pedir com urgência providências. Achava “intoleráveis ajuntamentos ilícitos”. (7)

A posição de intolerância dos senhores leva a que o problema se radicalize. O jornal de Carlos de Lacerda é empastelado em 24 de outubro de 1887. Por outro lado, os abolicionistas fundam **bastilhas**, que eram quilombos organizados por eles para dar refúgio aos negros. O capitão Fernando Pinto Júnior encarregou-se de dar batidas a essas **bastilhas**, usando, para isto, os mais violentos métodos. Em 30 de janeiro de 1887, Carlos de Lacerda sofre um atentado no Teatro Empíreo, morrendo em seu lugar, Luís Fernandes da Silva, assassinado por engano, pela semelhança física com o líder abolicionista visado.

Os escravos, por seu turno, também radicalizam o movimento e começam a queimar os canaviais dos senhores. Em 15 de agosto de 1887, manifestou-se o primeiro incêndio em uma usina do Queimado. Segue-se um rosário de sinistros provocados pelos escravos e pelos abolicionistas radicais. Segundo um historiador desse período:

“O encarregado de incendiar o canavial executava esse atentado sem receio de que pudessem o acusar de o ter feito. Um vidro de óculo, uma lente, era colocada em lugar onde convergindo os raios solares, faziam acender a mecha de véspera aí posta, e às mesmas horas do dia posterior, estando o incendiário longe do lugar, o canavial era preso das chamas”. (8)

Depois do primeiro, esses incêndios não pararam mais. Pelo contrário. Continuam com maior intensidade. Diz Júlio Feydit:

“Em 14 de janeiro de 1887, em Guarulhos, foram incendiados os canaviais das fazendas e usina de S. João dos srs. Lima & Moreira; um da fazenda Penha do sr. Antônio Pova, outros dois na fazenda da Abadia.

Sete dias depois o fogo destruiu na freguesia de S. Salvador, um canavial do sr. Ferreira Pinto, e no dia seguinte, outro.

A 26 de janeiro o sr. barão de Miranda perdia devido a incêndio, um canavial de 1.500 arrobas de açúcar ou 30 caixas; três dias depois, os canaviais das fazendas dos srs. Manuel Coelho e Manuel Batista Cabral, ardiavam.

Além dessas fazendas, a de Outeiro, a 23 de janeiro, a do sr. Sebastião de Almeida Rabello a 23, tiveram os canaviais incendiados. Em 6 de fevereiro de 1887, ao meio-dia, ardiavam as canas da Fazenda Velha; e mais três canaviais na Fazenda Paraíso, pertencente a Guilherme de Miranda e Silva, e também outros três na fazenda do major Crespo.

Em março, na freguesia de S. Sebastião lançaram fogo a um canavial do sr. José Pinto Pessanha, sendo o prejuízo de 15 a 20 caixas de açúcar de 50 arrobas cada uma”. (9)

Como vemos, era um estado de conflagração permanente, que transcendia o simples protesto pacífico, para enveredar em um movimento de sublevação geral. O mesmo historiador que estamos acompanhando afirma ainda, caracterizando esse período:

“Era uma devastação medonha: era uma luta tremenda; os fazendeiros enchiam as fazendas de capangas sob o título de agregados e camaradas, faziam reuniões, tendo em uma delas sido proposto que se comprasse o chefe dos abolicionistas em Campos, e se ele não quisesse se vender, então se pagasse a quem o **suprimisse**”. (10)

Havia, em Campos, o confronto entre quilombolas, membros das **bastilhas** e abolicionistas radicais, de uma lado, e senhores de escravos e donos de fazendas, de outro. E nesse confronto de interesses e de ideologias a violência era recíproca. Os **troncos** das fazendas eram roubados pelos abolicionistas que os exibiam como prova da desumanidade de tratamento dado pela classe senhorial aos seus escravos. A tais atos respondiam os senhores recorrendo à Justiça... Um

deles, Abílio da Costa Bastos requereu corpo de delito para o arrombamento feito na casa do **tronco** de sua fazenda, de onde os abolicionistas tiraram três escravos que estavam presos e que tinham sido castigados por azorrague. Os abolicionistas haviam fretado, para isso, um trem especial e nele trouxeram não só os escravos como também o tronco. Cárceres privados também eram usados pelos fazendeiros para prender e torturar os escravos.

Os autores da retirada do **tronco**, Adolfo Porto, Feliciano José da Silva e Adolfo de Magalhães foram acusados dos crimes de furto de escravos e de furto do **tronco** e, somente depois de dois meses de prisão, foram absolvidos.

Finalmente, Carlos de Lacerda foi acusado de assassinato e em 31 de maio de 1887, recolhido à prisão.

No final da escravidão, vários assassinatos foram cometidos pela polícia, o que não intimidou os escravos. Pouco antes da Abolição, as fazendas daquele município se despovoaram. De 6 a 8 de março de 1888 começaram as fugas em massa da escravaria. As fazendas do major José Ferreira Crespo, em São Gonçalo, e de Marcelino Francisco Soares ficaram despovoadas. O trabalho escravo estava em estado de plena decomposição.

Finalmente, em 13 de maio de 1888 veio a Abolição. Os fazendeiros somente aí pararam de combater os abolicionistas e procuraram formas mais adequadas (trabalho livre) de restabelecer a produção.

Por aí podemos ver como em Campos, assim como em São Paulo, na última fase do escravismo, houve convergência de ação entre abolicionistas radicais e a quilombagem, coisa que raramente acontecia. Mas, assim mesmo, em São Paulo, os **Caifases** de Antônio Bento administraram o comportamento do escravo fugido, tirando-lhe a independência de ação e colocando sob controle as ações mais radicais dos escravos. Para isto foi criado o quilombo do Jabaquara.

## NOTAS

1. Nabuco, Joaquim: O Abolicionismo, São Paulo, Nacional, 1938, p. 25-6.
2. Santos, J. Maria dos: Os Republicanos Paulistas e a Abolição, São Paulo, Martins, 1942, p. 179.
3. Feydit, Júlio: Subsídios para a história dos Campos de Goitacazes, Rio de Janeiro, Esquilo, 1979, p. 356.
4. Idem, *ibidem*.
5. Gana Lima, Lana Lage de. "Rebeldia negra & abolicionismo", Rio de Janeiro, Achimé, 1981, p. 100.
6. Idem, *ibidem*.
7. Idem, *ibidem*.
8. Feydit, Júlio: Op. Cit.
9. Idem, *ibidem*.
10. Idem, *ibidem*.

## *ANTÔNIO CONSELHEIRO: UM ABOLICIONISTA DA PLEBE*

O movimento camponês de Canudos, no interior da Bahia, durante o governo de Prudente de Moraes, infelizmente ainda não foi estudado em todas as suas diversas vertentes e devida profundidade social e política da época. A obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* tornou-se um clássico literário e aqueles estudiosos que procuram analisar e interpretar esse acontecimento histórico na sua estrutura e na sua dinâmica, quase sempre partem das suas informações. Uma revisão rigorosa e exaustiva, feita de forma sistemática ainda não foi feita com a profundidade que ele merece. Um dos defeitos mais visíveis é ignorar-se a importância de Antônio Vicente Mendes Maciel (O Conselheiro) como líder, agitador e organizador. Ele é sempre visto como um lunático, um místico, messiânico, quando não desequilibrado mental, louco que teria transmitido a sua insanidade àquelas populações que o seguiam. O seu crânio, após a sua degola, foi enviado a Salvador para estudos médico-antropológicos por cientistas influenciados pela escola criminalista de Lombroso, para serem procurados nele os estigmas do **criminoso nato**. (1)

Até hoje, por outro lado, não possui um biógrafo que o estudasse através de pesquisas modernas e de uma metodologia satisfatória. O livro de Edmundo Muniz, por muitos motivos valioso, que vai nessa direção de resgate à memória do Conselheiro, resente-se de falhas teóricas muito acentuadas. (2) O certo é que a figura de Antônio Conselheiro é sempre apresentada como se ela fosse a de uma